

# A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo

Camila Saraiva e Eduardo Marques

As favelas são uma solução habitacional antiga nas cidades brasileiras, cujo início da ocupação remonta em algumas cidades ao final do século XIX (Abreu, 1994). Na cidade de São Paulo, embora exista o registro de 4 favelas cuja ocupação se iniciou antes de 1940 (Habi, 1987), as favelas não se faziam muito presentes até o início da década de 1970, alojando apenas cerca de 1% da população do Município de São Paulo em 1973 (Taschner, 2000).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, entretanto, a população residente nesse tipo de assentamento aumentou muito em São Paulo. Atualmente as favelas são um retrato da alta prevalência de situações de pobreza e de uma política habitacional ineficaz por parte do Estado. Em sua maioria estão localizadas em áreas *non edificante*, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d'água. Por se tratarem de áreas problemáticas sob o aspecto da legalidade da terra e caracterizadas por uma ocupação desordenada, as favelas são normalmente locais com deficiência dos serviços de infra-estrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos. O crescimento do problema introduziu as favelas de forma definitiva nos estudos sobre a dinâmica social na cidade, e a população que está sujeita a tais condições de moradia vem sendo objeto de inúmeros estudos.

Conhecer o tamanho dessa população e suas características são tarefas imprescindíveis para que ações públicas de melhoramento dessas áreas obtenham êxito. Em trabalhos anteriores tentamos contribuir através da mensuração do tamanho do problema e do crescimento da população moradora de tais assentamentos.<sup>1</sup> Esse artigo dá continuidade a essa tarefa, através da caracterização social detalhada da população moradora de favelas no Município de São Paulo em período recente, assim como da sua dinâmica ao longo da última década. Essa caracterização aponta para a existência de uma situação de estabilidade social nessas áreas em termos médios, ou de lenta melhora relativa, assim como para um maior grau de heterogeneidade nesse tipo de assentamento do que

---

<sup>1</sup> Ver a esse respeito Marques, Torres e Saraiva (2003).

usualmente se considera. Esses resultados não confirmam a impressão presente em estudos como Kowarick (2003) e Maricato (2003), que sustentam uma degradação da situação social na cidade, e em particular nos locais habitados pela população de renda e escolaridade baixas.

Iniciamos o artigo por apresentar a dinâmica da população favelada na última década. A segunda seção discute os conteúdos sociais das favelas em 1991 e 2000, a sua dinâmica com relação às transformações sociais vivenciadas pelo restante do município e as principais diferenças entre as favelas dentro do Município de São Paulo e nos demais municípios da região metropolitana. Em um terceiro momento apresentamos as características do entorno das favelas, assim como a sua relação com as favelas e os distritos em que estão localizadas. Por fim, produzimos uma tipologia das favelas na região metropolitana de São Paulo considerando as características sociais de suas populações, tentando dialogar com a dinâmica da segregação e a distribuição da estrutura social no espaço metropolitano paulistano discutido em detalhes em outros capítulos desse livro.

## 1. A dinâmica da população favelada

Antes de iniciarmos a caracterização social das favelas paulistanas, é necessário que tenhamos em mente a dimensão do problema. Até a década de 1980, a dimensão da questão era muito pouco relevante. O levantamento da Prefeitura de São Paulo realizado em 1973 indicou cerca de 70 mil habitantes ou 1% da população do município. Entretanto, uma nova pesquisa realizada pela Prefeitura em 1987 indicou que a população favelada havia alcançado algo como 812.000 habitantes ou 9 % da população do Município. O Censo de 1991 confirmou esse crescimento, indicando cerca de 650.000 habitantes em setores subnormais, contra cerca de 375 mil habitantes em 1980. A diferença entre as estimativas baseadas nos Censos e os números do poder público é em grande parte previsível e está relacionada com a diferença entre as definições sociológicas de favela e a metodologia do IBGE para os setores denominados subnormais.<sup>2</sup> Em 1993 a Prefeitura

---

<sup>2</sup> Para o IBGE são Setores Especiais de Aglomerado Subnormal os conjuntos constituídos por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Na prática, trata-se de uma definição administrativa do campo do Censo. Para o Município de São Paulo, utilizamos a definição de trabalho da prefeitura local, mas para os demais municípios tivemos que utilizar os subnormais, pela

de São Paulo contratou a Fipe-Usp para atualizar a estimativa da população favelada. A pesquisa resultou em uma estimativa extremamente elevada – haveria 1,9 milhões de favelados, o que resultaria em um aumento de 133 % em apenas 6 anos ou 15,2% ao ano.<sup>3</sup> Para muitos, os resultados dessa pesquisa expressariam uma síntese das condições de vida dos grupos mais pobres na cidade, que no período teriam assistido a uma significativa piora de sua condição (Kowarick, 2003).

Os anos seguintes foram seguidos de intensa polêmica no setor com relação ao suposto processo de crescimento sugerido pela pesquisa da Fipe, o que nos motivou a revisar as estimativas de população e domicílios para 1991 e calcular estimativas para os anos de 1996 e 2000 (Marques e Torres, 2002 e Marques, Torres e Saraiva, 2003). O método que utilizamos, baseado em sistema de informações geográficas, consistiu em superpor a cartografia de favelas à malha dos setores censitários dos Censos do IBGE. Essa superposição permitiu a imputação de informações do Censo Demográfico aos polígonos das favelas por meio de técnicas específicas<sup>4</sup>, estimando sua população. Os resultados obtidos para população e domicílios foram bastante consistentes internamente, revelando a eficácia desse método. Obtivemos para o ano de 1991 uma população favelada de 900 mil habitantes em favelas, ou 9% da população total, enquanto em 2000 a cidade teria uma população total de 1,2 milhões de habitantes em favelas, resultando em 11% da população municipal.

A tabela abaixo apresenta as informações populacionais comparativamente.

Tabela 1. Evolução da população favelada no Município de São Paulo, 1973-2000.

Ano	População total	Pop. Subnormal <sup>(2)</sup>	População favelada	% Pop. favelada	Período	Taxa de cresc. aa - favelas	Taxa de cresc. aa - total
1973	6.560.547 <sup>(1)</sup>	-	71.840 <sup>(3)</sup>	1,1%	-	-	-
1980	8.558.841 <sup>(2)</sup>	375.023		4,4%	1973-80	20,16%	3,00%
1987	9.210.668 <sup>(1)</sup>	530.822 <sup>(6)</sup>	812.764 <sup>(4)</sup>	8,8%	1980-87	8,97%	0,82%

inexistência de bases cartográficas de favelas. Sobre as diferenças das definições e suas conseqüências ver Marques, Torres e Saraiva (2003).

<sup>3</sup> Ver o Diário Oficial do Município de São Paulo de 31/03/1995 - Edição Especial C) intitulada "Favelas na Cidade de São Paulo".

<sup>4</sup> A combinação das técnicas de *overlay* entre os setores censitários e as favelas e *tag* das densidades dos setores censitários subnormais mais próximos para as favelas nos permitiu estimar indicadores sociais para a população favelada. Para mais informações sobre tais técnicas remetemos ao Anexo de Método incluído no final do livro.

1991	9.644.122 <sup>(2)</sup>	647.400	891.673 <sup>(5)</sup>	9,2%	1987-91	1,03%	0,51%
2000	10.338.196 <sup>(2)</sup>	896.005	1.160.597 <sup>(5)</sup>	11,2%	1991-00	2,97%	0,78%

Fontes: (1) Fundação SEADE: 1973, 1987.

(2) IBGE: Censo Demográfico 1980, 1991, 2000.

(3) PMSP / COBES. Equipe de Estudos e Pesquisas. Favelas no Município de São Paulo. 1973,1980.

(4) PMSP. SEHAB. HABI. Div. Téc. de Planejamento. Coord. Inf. Téc. e Pesquisas. Censo das Favelas do Município de São Paulo. 1987.

(5) Estimativa CEM.

(6) Dados interpolados geometricamente

Como podemos observar, a taxa de crescimento da população favelada é maior que a taxa de crescimento do município em todos os períodos. Entretanto, embora tanto a taxa de crescimento das favelas quanto a relativa ao município apresentem queda, a referente às favelas se reduz de forma bem mais acentuada. Entre 1973 e 1980 a população favelada cresceu a uma taxa de 20,16% ao ano, contra 3% no município, mas entre 1991 e 2000 as taxas foram respectivamente de 2,97% e 0,78%. De uma forma geral podemos afirmar que, se não ocorreu a explosão populacional sugerida pela pesquisa de favelas de 1993, o Município continuou experimentando um considerável processo de favelização, com a população favelada crescendo a mais de três vezes a taxa do conjunto da cidade.

## 2. A população favelada – Município de São Paulo e Região Metropolitana

O objetivo dessa seção é apresentar as principais características sociais e econômicas da população favelada no município, tanto em 1991 quanto em 2000. Embora estudos anteriores tenham discutido o que poderíamos chamar de conjuntura social das favelas de São Paulo, estes se basearam nos Censos de Favelas da Prefeitura de São Paulo, já bastante distantes no tempo,<sup>5</sup> ou usaram as informações dos setores subnormais do IBGE (Taschner, 2003). Esse elemento é importante não apenas para a discussão das políticas de habitação, mas para o debate sobre a dinâmica social na cidade como um todo. Isso porque, se as favelas representam uma das mais precárias soluções habitacionais, a dinâmica da sua população poderia nos indicar tendências e processos sociais em um sentido mais geral. A opinião prevalecente na literatura é de que teria havido uma piora das condições nas favelas, senão em termos absolutos, ao menos em termos relativos. Os indicadores médios sugerem outra coisa. Observemos os dados.

---

<sup>5</sup> O último levantamento de maior vulto, como vimos, foi realizado em 1987.

Entre 1991 e 2000, o Município de São Paulo assistiu a uma elevação, tanto do número de domicílios em favelas, que passou de 194 mil para 291 mil, quanto da população habitante nesse tipo de assentamento, que passou de 892 mil para 1.161 mil habitantes.<sup>6</sup> Em consequência, a densidade domiciliar média nas favelas caiu de 4,59 moradores por domicílio em 1991 para 3,97 moradores por domicílio em 2000, seguindo a tendência de queda do conjunto do município, no qual as densidades foram de 3,80 e 3,46 habitantes por domicílio para as duas datas censitárias, respectivamente. Em termos territoriais, pudemos observar aumento de densidade, que passou de 360 para 380 habitantes por hectare.

Através da utilização de técnicas de geoprocessamento similares às já utilizadas nas estimativas populacionais, pudemos criar indicadores para a população favelada para os anos de 1991 e 2000. A Tabela 2 a seguir apresenta essas informações.

Organizamos a informação de duas formas, com os indicadores médios para as favelas em cada momento e com o chamado quociente locacional. Esse índice, bastante utilizado em economia regional, permite a comparação de duas estruturas setoriais espaciais através do cálculo de uma razão entre duas razões. No nosso caso, temos no numerador o indicador referente às favelas e no denominador o associado ao Município de São Paulo. Desta forma, podemos analisar a situação das favelas dentro da dinâmica do Município em 1991 e 2000, separando o efeito de melhora da favela do efeito de melhora no município, para um dado indicador. Por exemplo: o quociente locacional da densidade domiciliar cai de 1,21 para 1,15, o que indica que embora a densidade domiciliar tenha caído no município, caiu nas favelas em um ritmo ainda mais acelerado. Discutiremos concomitantemente os dois conjuntos de informações.

Tabela 2. Indicadores e Quocientes locacionais - favelas e Município de São Paulo, 1991 e 2000.

Indicadores	Números relativos		Números relativos		Quocientes locacionais	
	Favelas 1991	MSP 1991	Favelas 2000	MSP 2000	1991	2000

<sup>6</sup> Optamos por realizar a caracterização da dinâmica social apenas para o município de São Paulo, já que para os demais municípios só contamos com os dados dos setores subnormais, que não são inteiramente comparáveis entre os Censos de 1991 e 2000. Mais à frente, introduziremos os setores subnormais, e na última seção estudaremos os tipos de favelas da região para 2000.

Infra-estrutura	Domicílios com água	89,7	98,3	96,0	97,6	0,91	0,98
	Domicílios com esgotamento	25,1	81,2	49,2	87,2	0,31	0,56
	Domicílios com coleta de lixo	63,3	95,2	82,0	96,5	0,66	0,85
Escolaridade	Pessoas analfabetas	38,1	19,3	15,2	7,3	1,97	2,08
	Chefes de 0 a 3 anos de estudo	55,1	22,5	38,4	17,8	2,45	2,16
Rendimento	Chefes de 0 a 3 SM	77,9	42,7	73,2	40,1	1,82	1,83
	Chefes de 3 a 5 SM	15,7	17,9	18,0	17,9	0,88	1,01
	Chefes de 5 a 10 SM	5,6	20,2	7,6	20,9	0,28	0,36
	Chefes de 10 a 20 SM	0,6	11,4	0,9	11,6	0,05	0,08
Estrutura etária	Pessoas de 0 a 14 anos	41,2	28,6	35,5	24,8	1,44	1,43
	Pessoas de 65 anos ou mais	1,2	5,2	1,7	6,4	0,23	0,27

Fontes: Censo Demográfico IBGE 1991 e 2000. Elaboração CEM.

Como podemos observar, embora o abastecimento de água nas favelas em 1991 fosse bem pior do que no conjunto do município, em 2000 as coberturas se aproximam, provavelmente resultado do impacto de programas orientados para favelas desenvolvidos pela prefeitura de São Paulo e pela empresa pública concessionária dos serviços - a Sabesp (Watson, 1992 e Bueno, 1993). É claro que esta variável, assim como as seguintes que se referem a serviços urbanos, medem a cobertura do serviço e não a qualidade de seu funcionamento, e é possível que subsistam diferenças importantes no atendimento no que diz respeito à regularidade do abastecimento e à qualidade da água.

Os dados de esgotamento sanitário, por outro lado, mostram que ainda em 2000 este tipo de serviço é bastante precário nas favelas, alcançando apenas 49,18% dos domicílios nesses núcleos contra 87,23% no conjunto do município. Embora tenha ocorrido uma relativa melhora nas favelas, e o quociente tenha aumentado de 0,31 para 0,56, ainda persiste um diferencial muito grande no atendimento. No caso do serviço de coleta de lixo, o quociente locacional passou de 0,66 em 1991 para 0,85 em 2000, revelando um esforço de volume da Prefeitura de São Paulo para integrar as favelas ao sistema, elevando a cobertura nas favelas a 82%. Mesmo assim a diferença entre as coberturas das favelas e do município é muito grande.

O analfabetismo é um indicador emblemático dos diferenciais de acesso entre grupos sociais. Em 1991, as pessoas analfabetas chegavam a 38,1% da população nas favelas e a 19,3% no município. Esses indicadores dramáticos caem em 2000 para 15,2% e 7,3%, respectivamente, o que indica que a presença de analfabetos se reduz consideravelmente nas favelas e no município. Entretanto o seu ritmo de queda é menor nas favelas do que no conjunto do Município, razão pela qual o quociente locacional do analfabetismo aumenta entre 1991 e 2000. Esse é o único caso, dentre os analisados, em que a situação das favelas piora em termos relativos, ou melhora a um ritmo menor do que o restante do Município. Acreditamos que esse grave elemento é possivelmente explicado pela diferença entre as estruturas etárias. Como a estrutura etária das favelas é substantivamente mais jovem do que no restante da cidade, e o analfabetismo é um fenômeno associado usualmente a grupos etários mais velhos, as favelas podem estar menos sujeitas à redução do analfabetismo pela via demográfica (o óbito dos grupos mais velhos). Se essa hipótese está correta, duas graves conseqüências decorrem. Em primeiro lugar, somos levados a concluir que a maior parte da redução do problema do analfabetismo na cidade em período recente se relaciona apenas com o óbito de grupos etários mais velhos nos quais o problema está mais presente, confirmando o que sustentam autores como Haddad e Di Pierro (2000) com relação à queda do analfabetismo no Brasil em período recente. Em segundo lugar, e diretamente ligado ao nosso tema nesse artigo, o analfabetismo nas favelas deve estar associado a grupos etários mais jovens do que se considera usualmente, o que pode revelar importantes limites do acesso à escolarização nesses assentamentos.

Os quocientes locacionais relativos à escolaridade do chefe confirmam a dramaticidade do acesso à educação nesses espaços. Se é verdade que podemos observar uma redução da presença de chefes com até 3 anos de estudo, os quocientes indicam uma enorme diferença entre a presença de chefes com essa escolaridade em favelas e no restante da cidade. Na verdade mesmo em 2000 a escolaridade apresenta os quocientes mais elevados, sugerindo a persistência de grandes diferenciais, embora tenha havido uma pequena melhora relativa nas favelas.

Uma outra dimensão muito importante da dinâmica social na cidade é capturada pela informação de rendimento. Infelizmente, como trabalhamos com o questionário do universo do Censo, não temos informações relativas à renda familiar, mas apenas à renda

do chefe.<sup>7</sup> Se o comportamento dessa variável para as favelas for comparado com o do restante do município em 1991, percebemos que a população com renda acima de 10 SM é muitíssimo menos presente nas favelas, o que também ocorre com a presença de chefes com rendimento entre 5 a 10 SM. De uma forma geral, essa tendência se repete em 2000, embora seja possível observar uma pequena melhora da situação relativa das favelas, mesmo nas faixas de renda mais baixa. Não é possível precisar se essa pequena mudança se deve à troca de população/migração para as favelas, ou se a população antiga na favela aumentou de renda. A estrutura dos quocientes, entretanto, mantém-se muito similar, sugerindo muito mais estabilidade do que dinâmica, e permitindo afirmar que as favelas não experimentaram empobrecimento na década, mas uma pequena melhora.

Por fim, a análise dos quocientes locacionais dos indicadores de estrutura etária da população nos leva a perceber que muito pouco mudou na relação entre as favelas e o resto da cidade. Em geral a população mais jovem, com 14 anos ou menos, diminuiu relativamente, enquanto a população mais idosa aumentou levemente a sua presença. Como já era de se esperar, o percentual de jovens continua sendo maior nas favelas do que no conjunto do município, sendo que o inverso ocorre com o percentual de idosos<sup>8</sup>.

De modo geral, portanto, é possível afirmar que a década foi de melhora relativa das favelas, ou em alguns casos de estabilidade. Na maior parte dos indicadores houve uma aproximação entre o morador médio da favela e o morador médio do município, havendo

---

<sup>7</sup> Embora fosse teoricamente possível gerar informações para as favelas a partir das Áreas de Ponderação da amostra do Censo, as maiores dimensões territoriais dessas últimas fariam os erros de estimativa crescerem muito pelo aumento relativo das áreas que cedem a informação.

<sup>8</sup> A título de comparação, geramos as estimativas também para os loteamentos irregulares de baixa renda (0 a 5 SM), com base em cartografia eletrônica da PMSP e no Censo Demográfico 2000. A população dos loteamentos apresenta características sociais intermediárias entre as das favelas e as do município. Isso ocorre com os indicadores de infra-estrutura (95,3% em abastecimento de água, 74,3% em esgotamento e 95,0% em coleta de lixo), como seria de se esperar. Entretanto, o mesmo se verifica com a escolaridade, bem mais precária que no conjunto do município (10,6% de pessoas são analfabetas e 27,2% dos chefes possuem de 0 a 3 anos de estudo), mas muito melhor do que nas favelas, assim como com os rendimentos médios do chefe (57,6% dos chefes com renda entre 0 e 3 sm). A estrutura etária nos loteamentos também se apresenta em posição intermediária, sendo substancialmente mais nova que o conjunto do município (30,4 % da população entre 0 e 14 anos), mas não tanto quanto as favelas.

Apenas para registro, estimamos a existência de cerca de 284.000 domicílio em loteamentos com renda do chefe igual ou menor a 5 salários mínimos, 124.000 domicílios em loteamentos com renda entre 5 e 10 salários e 40.000 domicílios em loteamentos com renda superior a 10 salários. Esses dois últimos contingentes representavam, portanto, cerca de um terço de todos os domicílios em loteamentos irregulares, o que indica que as situações de irregularidade não são de forma alguma um atributo exclusivo das camadas sociais de menor renda e escolaridade. Para maiores detalhes ver Cem (2003).



um movimento de convergência entre os conteúdos sociais desses dois espaços na década. Esses resultados são muito interessantes, não apenas para o debate sobre as favelas em São Paulo, mas para a discussão da dinâmica social na cidade. O início dos anos 1990 assistiu a uma intensa polêmica sobre a conjuntura social brasileira ao longo da década de 1980, que acabou por ser denominado de debate da década perdida (Faria, 1992 e Tavares e Ribeiro, 1994). No que diz respeito às cidades, inúmeros trabalhos destacaram a melhora dos indicadores médios, em um aparente paradoxo com a dinâmica econômica, a qual havia sido bastante desfavorável. Nos anos 1990, outros estudos deram continuidade a essa linha de investigação e concluíram que a dinâmica de melhora tinha continuado, mesmo que acompanhada do declínio da ação dos movimentos sociais, tidos por autores como Faria (1992) como um dos principais elementos explicativos do aparente paradoxo da década anterior. A dinâmica dos anos 1990 é aparentemente mais contraditória, visto que a década foi ainda mais desfavorável que a anterior sob o ponto de vista econômico, seja para o Estado, cuja crise fiscal se acentuou, seja para as famílias, fragilizadas pela precarização do trabalho, pela queda dos rendimentos e pelo aumento do desemprego. Embora esteja longe do escopo desse trabalho estudar tal fenômeno, reafirmamos a hipótese de Marques (2000 e 2003) e Marques e Bichir (2002) de que o principal elemento explicativo para esse paradoxo é a inércia das políticas de Estado. Como veremos na última seção, entretanto, essa melhora em termos médios deve ser matizada, e pode conviver com a manutenção de situações muito precárias em determinados locais específicos.

Mas será que essas características sociais das favelas variam intensamente no interior do Município de São Paulo? Alguém poderia sustentar que a dinâmica descrita acima variaria muito se os dados fossem desagregados para diferentes partes do Município de São Paulo. Para testar a existência de diferenças importantes dentro do município calculamos os indicadores médios por região da cidade, utilizando a divisão adotada por HABI – a Superintendência de Habitação Popular da PMSP, assim como a divisão adotada pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) de São Paulo, mais desagregada.<sup>9</sup> O objetivo de testar duas diferentes formas de agregação foi isolar um possível efeito de agregação ainda existente. Consideramos que a classificação da UMM detalha melhor as informações, ao dividir o município em um número maior de regiões. Como a divisão da Prefeitura é a oficial, entretanto, mantivemos as informações referentes às duas divisões.

---

<sup>9</sup> A divisão segundo Habi compreende as seguintes regiões: Centro, Leste, Norte, Sudeste e Sul. Já a divisão adotada pela UMM: Centro, Leste 1, Leste 2, Noroeste, Norte, Oeste, Sudeste e Sul.

Os resultados obtidos indicam que as regiões apresentam condições muito semelhantes, com exceção da região central. É nessa região, tanto na divisão de HABI como da UMM, que podemos observar a maior precariedade de serviços urbanos e a maior presença de analfabetos, assim como as piores taxas de escolaridade e os salários médios mais baixos, embora os domicílios tendam a apresentar baixa densidade. Na verdade, as favelas da região central são bastante peculiares em termos urbanos. Ao contrário das demais regiões, o centro abriga apenas favelas de pequeno porte, localizadas em interstícios urbanos muito exíguos, como beiras de córregos e pequenas faixas remanescentes de obras públicas. Como essa região tem poucas favelas com conteúdos muito específicos, os indicadores podem ser excessivamente influenciados por situações extremas presentes nesta região. Nas regiões onde o número de domicílios nessa condição é maior, os extremos tendem a desaparecer nas grandes médias.

Outra região que merece destaque é a região sul. Em ambas as divisões a presença relativa de favelas é muito maior nessa região: segundo a divisão de HABI, 1.107 se encontram nesta região e segundo a divisão dos movimentos 1.057, se localizam ali, em um total de 2.018 favelas no município. Nesse caso ocorre uma dinâmica inversa da região central: como a região abrange muitos distritos e um grande número de favelas, os indicadores tendem à média das demais regiões. Entretanto, ao verificarmos os mesmos indicadores somente para as favelas em áreas de mananciais, em especial nas imediações da Billings, constatamos que essa região apresenta condições mais precárias de esgotamento (apenas cerca de 27% de domicílios atendidos).

Portanto, exceto pela região central do município - onde encontramos condições sociais mais precárias e um número reduzido de favelas, e na área dos mananciais - onde a infraestrutura é mais precária, as favelas tendem a ter características relativamente similares nas regiões da cidade. Como veremos na próxima seção, quando essa informação é desagregada por favela, encontramos uma heterogeneidade significativa.

Ainda nos restaria verificar se a dinâmica das favelas do Município de São Paulo é similar à dos demais municípios da região metropolitana de São Paulo. Isto porque, caso não seja, a melhora encontrada anteriormente pode ser concentrada espacialmente, e a população favelada mais pobre poderia estar sendo “exportada” para fora do Município de São Paulo. A única informação comparável e com confiabilidade razoável para testar tal hipótese é a relativa aos setores censitários classificados como subnormais fora da

capital, uma vez que, como dito, inexistem bases cartográficas digitais comparáveis para as favelas dos demais municípios. Para não introduzir nenhum viés na análise, desconsideramos as informações de municípios com menos de 10 setores subnormais. A Tabela a seguir apresenta indicadores médios escolhidos dos setores subnormais dos demais municípios da região para o ano de 2000. Para facilitar a comparação, incluímos as informações referentes às favelas de São Paulo.

Tabela 3. Indicadores escolhidos das favelas de São Paulo e dos setores subnormais de outros municípios da RMSP - 2000

Municípios		Barueri	Carapicuíba	Diadema	Embu	Ferraz de Vasconcelos	Guarulhos	Mauá	Osasco	Santo André	São Bernardo do Campo	Taboão da Serra	São Paulo
Indicadores													
Infra-estrutura	%domicílios com água	85,7	91,1	96,6	93,8	91,9	87,4	92,4	93,5	95,9	97,2	98,9	96,0
	%domicílios com esgotamento	67,6	39,4	92,0	32,7	6,2	31,3	39,8	40,5	75,4	75,7	60,9	49,2
	%domicílios com coleta de lixo	75,9	62,6	83,3	89,0	65,5	80,4	86,2	92,4	78,6	71,0	92,6	82,0
Escolaridade	%pessoas analfabetas	15,1	15,5	13,1	14,7	14,2	15,0	14,9	14,0	12,8	13,3	14,4	15,2
	%chefe de 0 a 3 anos de estudo	37,0	39,2	32,4	40,4	32,3	37,1	36,0	35,3	33,0	33,2	37,4	38,4
Rendimento	%chefe de 0 a 3 sm	75,5	74,3	68,9	75,1	75,6	76,4	75,9	71,6	70,6	67,5	73,8	73,2
	%chefe de 3 a 5 sm	17,2	17,6	20,9	17,3	16,3	16,8	17,3	18,6	18,3	20,5	18,4	18,0
	%chefe de 5 a 10 sm	6,9	7,2	9,2	6,8	7,6	6,1	6,3	8,7	9,9	10,7	7,0	7,6
	%chefe de 10 a 20 sm	0,3	0,7	0,8	0,6	0,5	0,6	0,5	1,0	1,2	1,1	0,7	0,9
Estrutura etária	%pessoas de 0 a 14 anos	36,9	36,8	33,9	36,9	41,9	38,1	37,6	35,6	33,7	34,9	35,2	35,5
	%pessoas de 65anos ou mais	1,4	1,5	1,6	1,2	0,8	1,2	1,6	1,7	1,8	1,7	1,4	1,7

Fontes: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Como podemos ver, os setores censitários subnormais nos Municípios têm características médias bastante parecidas com as favelas do Município de São Paulo. A informação da renda média dos chefes, por exemplo, é eloqüente em indicar condições sociais bem próximas, e varia apenas entre 320 e 386 reais nos casos mais extremos.

Destacamos os setores subnormais da região do ABCD paulista, especificamente dos localizados em Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, que apresentam condições, ainda que precárias, melhores que dos outros municípios da RMSP. As características urbanas são melhores, principalmente com relação ao esgotamento sanitário, à presença de chefes nas faixas salariais mais altas, e à existência de pessoas analfabetas. Vale destacar aqui a importância dos governos locais na promoção de melhores condições de vida nos municípios. Nesse particular é notável o caso das favelas de municípios como Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, que contam com autarquias municipais de águas e esgotos, assim como com programas municipais de urbanização de favelas de forma continuada já há algumas administrações. Nesses municípios as favelas apresentam indicadores de cobertura da infra-estrutura urbana muito superiores a outros como São Paulo, em que a ação pública em núcleos de favela apresenta caráter descontínuo e pouco sistemático.<sup>10</sup> O maior destaque vai para o Município de Diadema, com coberturas de 92% em esgotamento sanitário e 97% em abastecimento de água, contra 49% e 96% em São Paulo para os dois serviços, respectivamente.<sup>11</sup> No outro extremo temos os setores subnormais dos municípios de Embu, Carapicuíba, Taboão da Serra, Ferraz de Vasconcelos e Barueri, com as piores condições em todos os indicadores.

Portanto, as favelas dos demais municípios tendem a ser em geral parecidas com as do Município de São Paulo, não sendo razoável considerar que a nossa descoberta anterior de pequena melhora social diga respeito à concentração de grupos sociais de melhores condições na capital. Entretanto, os números médios podem esconder situações muito ruins em favelas específicas, como já destacado por Torres e Marques (2001) para o caso do Município de Mauá, na região do ABCD paulista. Voltaremos a esse ponto na última

---

<sup>10</sup> Ver capítulo 11 deste livro.

<sup>11</sup> Ver Bueno (2000). Vale registrar que apesar dos serviços de saneamento estarem a cargo de concessionárias, e na maior parte das cidades da região metropolitana estarem concedidos à empresa estadual de saneamento – a Sabesp, as ações em favelas dependem basicamente da postura do poder público municipal. Na prática, apenas onde as prefeituras desenvolvem programas de urbanização de favelas os núcleos são dotados sistematicamente de infra-estrutura, inclusive pela companhia estadual.

seção do texto, quando analisarmos os tipos de favelas existentes na região metropolitana.

### 3. Os vizinhos das favelas

Tratamos até agora dos conteúdos sociais dos moradores de favelas. Entretanto consideramos também muito importante conhecer a população que se encontra em seus arredores, o que pode nos indicar em que situações o entorno imediato das favelas tem necessidade de intervenções do poder público tão prementes quanto os próprios núcleos. As informações disponíveis indicam que esse caso é freqüente, especialmente em regiões periféricas.

Além disso, entretanto, esse esforço de caracterização do entorno das favelas é importante para complementar o entendimento das dinâmicas sócio-econômicas diferenciadas em curso nos próprios núcleos. A presença de pobreza não é suficiente para definir a estrutura de oportunidades de uma favela, visto que essa também é função do seu entorno, Como veremos no Capítulo 8, a proximidade das áreas mais ricas da cidade aumenta a possibilidade de se encontrar emprego e de se acessarem benefícios muito ligados ao entorno mais rico, demonstrando que os padrões de segregação apresentam direto impacto sobre as condições de vida, como já discutido no capítulo 1.

Para delimitar a população a considerar, determinamos como sendo entorno imediato das favelas do Município de São Paulo a área compreendida em uma faixa de 100 metros, ou seja, uma área com essa largura especificada que cerca cada favela ao longo de todo o seu perímetro.

Tabela 4. Caracterização da população no entorno imediato às favelas.

	<b>Indicadores</b>	<b>Favelas</b>	<b>Entorno</b>	<b>MSP</b>
Infra-estrutura	%Domicílios com água	96,0	97,5	97,6
	%Domicílios com esgoto	49,2	78,7	87,2
	%Domicílios com coleta de lixo	82,0	95,0	96,5
Escolaridade	%Pessoas analfabetas	15,2	10,2	7,3
	%Chefes de 0 a 3 anos de estudo	38,4	26,1	17,8
Rendimento	%Chefes de 0 a 3 SM	73,2	55,4	40,1
	%Chefes de 3 a 5 SM	18,0	20,9	17,9

	%Chefes de 5 a 10 SM	7,6	17,0	20,9
	%Chefes de 10 a 20 SM	0,9	5,0	11,6
Estrutura etária	%Pessoas de 0 a 14 anos	35,5	29,6	24,8
	%Pessoas de 65 anos ou mais	1,7	3,4	6,4

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Para o conjunto do Município, as diferenças tendem a ser pequenas no que diz respeito às densidades domiciliares, sendo de 4,0 habitantes por domicílio nas favelas, de 3,7 no seu entorno imediato e de 3,5 no município.

Com relação à infra-estrutura urbana, a Tabela 4 reforça a precariedade do esgotamento sanitário pela rede geral nas favelas, assim como no seu entorno imediato (embora esse seja melhor), especialmente se considerarmos que nessa informação estão incluídas ligações realizadas diretamente em sistema unitário (que inclui esgotos e drenagem em uma única rede). Para os serviços de abastecimento de água não há diferenças muito grandes, e para a cobertura de serviços de limpeza urbana as favelas são substancialmente piores que o entorno, mas este é praticamente igual ao município.

Vale destacar ainda a escolaridade dos chefes de domicílio. Os indicadores sugerem uma situação nas favelas um pouco pior do que a do seu entorno, que por sua vez tende a ser pior do que o conjunto do município. De forma similar, a presença de analfabetos é quase duas vezes maior no entorno de favelas do que no conjunto da cidade e quase dobra novamente entre o entorno e as favelas.

Na distribuição do rendimento médio do chefe, a tendência gradual se repete e o entorno apresenta indicadores intermediários entre os das favelas e os do entorno. A tendência é decrescente até os 3 salários mínimos, e se inverte a partir de então, com as favelas apresentando proporções mais baixas que as do entorno, e este com proporções mais baixas que o conjunto do Município. As diferenças se alargam à medida que avançamos nas faixas, especialmente entre o conjunto do município e o entorno das favelas. O mesmo se pode dizer com relação à estrutura etária.

De uma forma geral e em termos médios, portanto, podemos dizer que o entorno das favelas paulistanas tende a representar uma zona de transição entre as características das favelas e as do conjunto da cidade.

Contudo, a análise da informação agregada pode novamente levar a algum engano. Para afastar essa possibilidade, comparamos a renda média do chefe nas favelas, em seus entornos imediatos e nos distritos nos quais elas estão inseridas.<sup>12</sup>

Como seria de se esperar, nos distritos mais periféricos a renda média do chefe nas favelas se aproxima da referente aos distritos.<sup>13</sup> Vale a pena destacar Perus, Brasilândia, Grajaú, Cidade Tiradentes e Lajeado como distritos bastante homogêneos, onde favelas, seu entorno imediato e o distrito têm rendas dos chefes bastante próximas. Se fizermos uma alusão aos agrupamentos de áreas de ponderação apresentados no Capítulo 2, perceberemos que nesses distritos há uma concentração maior dos grupos que possuem baixa escolaridade, condições urbanas ruins, migração nordestina recente e alto crescimento demográfico.

Em outros distritos há transição crescente entre a renda média do chefe encontrada na favela, seu entorno e o conjunto do distrito, como é o caso do Tremembé, da Freguesia do Ó, do Limão, do Cursino, do Jabaquara, do Ipiranga, do Rio Pequeno e de Santa Cecília. Como vimos no Capítulo 2, esses distritos são predominantemente ocupados por grupos populacionais de renda e condições de vida médias.

Em terceiro lugar, há casos em que as favelas se constituem em verdadeiras ilhas de más condições sociais cercadas de um entorno bem mais rico e muito próximo socialmente dos distritos em que insere. É isso que acontece, por exemplo, na Vila Mariana, Saúde, Campo Belo, Itaim Bibi e Morumbi, distritos de classe média alta e alta, com a pequena presença de pretos, pardos e migrantes, assim como em esvaziamento demográfico, como vimos no Capítulo 2.

#### 4. Em direção a uma tipologia das favelas paulistas

A análise comparativa das favelas, seus entornos e distritos permite sustentar a existência de uma razoável variabilidade das situações nos núcleos favelados da cidade. As situações encontradas, entretanto, ainda podem esconder uma razoável heterogeneidade, visto que no interior de um mesmo distrito favelas diferentes podem ter conteúdos diversos. Por outro lado, embora as favelas dos demais municípios sejam em média

---

<sup>12</sup> Na verdade, realizamos também uma análise de cluster das favelas considerando as situações da favela, do entorno e do distrito. Os resultados não diferiram significativamente dos indicados no texto, obtidos pela simples análise das situações indicadas diretamente pelos dados.

<sup>13</sup> Ver Capítulo 2.

relativamente similares às de São Paulo, podem existir diferenças muito grandes quando se observa favela por favela. Por essa razão, seguindo o caminho trilhado recentemente por estudos como Taschner (2002) para São Paulo e Valladares e Preteceille (2000) e Preteceille e Valladares (1999) para o Rio de Janeiro, classificamos individualmente todas as favelas da região metropolitana em tipos, considerando os seus conteúdos sociais.

Para analisar os tipos de favelas consideramos as favelas do Município de São Paulo e os setores subnormais dos demais municípios. Submetemos os indicadores sociais médios das favelas e setores a análise de cluster.<sup>14</sup> Os resultados enriquecem a compreensão da dinâmica das favelas ao evidenciar um certo comportamento espacial, além de possibilitar a comparação entre as favelas de São Paulo e de sua região metropolitana. Para o desenvolvimento da análise utilizamos os seguintes indicadores sociais médios por favela para o ano de 2000: % domicílios com água; % domicílios com esgoto; % domicílios com coleta de lixo; % pessoas analfabetas; % chefes de 0 a 3 anos de estudo; % chefes de 0 a 3 SM; % chefes de 3 a 5 SM; % chefes de 5 a 10 SM; % chefes de 10 a 20 SM; renda média do chefe; % pessoas de 0 a 14 anos; % pessoas de 65 anos ou mais.<sup>15</sup>

O resultado da análise sugere a existência de cinco tipos de favelas, expressos pelos grupos da Tabela a seguir. Os indicadores médios por tipo são apresentados ao final do texto, na Tabela 8 em anexo.

Tabela 5. Características dos tipos de favelas - 2000

Grupo	Nº de casos	Características das favelas
1	564	Piores condições sociais e de infra-estrutura. A renda do chefe é a mais baixa de todos os grupos (230 reais)
2	829	A infra-estrutura desse grupo já é um pouco melhor, apesar de ser o grupo com os piores índices de esgotamento. As condições sociais são levemente melhores.
3	728	Ótima infra-estrutura, mas condições sociais ainda precárias.
4	727	Infra-estrutura e condições sociais são boas.
5	131	Melhores condições sociais e de infra-estrutura. A renda do chefe é a maior de todos os grupos (600 reais)

Fonte: Elaboração CEM.

<sup>14</sup> Trata-se da mesma técnica citada na nota 9 desse capítulo e no Capítulo 2, quando separamos os grupos de áreas de ponderação. Nesse caso, utilizamos uma técnica automática – k-means com médias dos grupos recalculadas a cada iteração.

<sup>15</sup> Para as favelas do Município de São Paulo, esses indicadores foram obtidos pela utilização das técnicas de overlay e tag.



Como podemos observar, a variedade de situações sociais e urbanas no interior do fenômeno das favelas é significativa. Se mesmo as melhores situações sociais apontam para uma população relativamente humilde, a quantidade de favelas com melhores condições não é nem um pouco desprezível. Do total de 2.979 núcleos para os quais conseguimos gerar dados sócio-econômicos, encontramos 858 (quase 29%) com condições de infra-estrutura pelo menos boas e condições sociais pouco precárias, embora com características de baixa renda.<sup>16</sup>

No outro extremo temos os núcleos com características sociais muito precárias. Nesse caso, estamos frente a um contingente de 564 favelas com péssimas condições (18,9%) e 829 com condições um pouco melhores, mas infra-estrutura mais precária (27,8%). A existência desse contingente significativo confirma a hipótese levantada por Torres e Marques (2001), de que a significativa melhora dos indicadores médios nas últimas décadas conviveu com a manutenção de locais com condições sociais e ambientais extremamente precárias, conformando o que foi denominado naquele trabalho de hiperperiferia. Infelizmente, não contamos no momento com indicadores que permitam caracterizar as condições ambientais das favelas de maneira mais sistemática,<sup>17</sup> mas parece evidente que a melhora social média realmente existente convive com a permanência de precariedade física em vários locais.

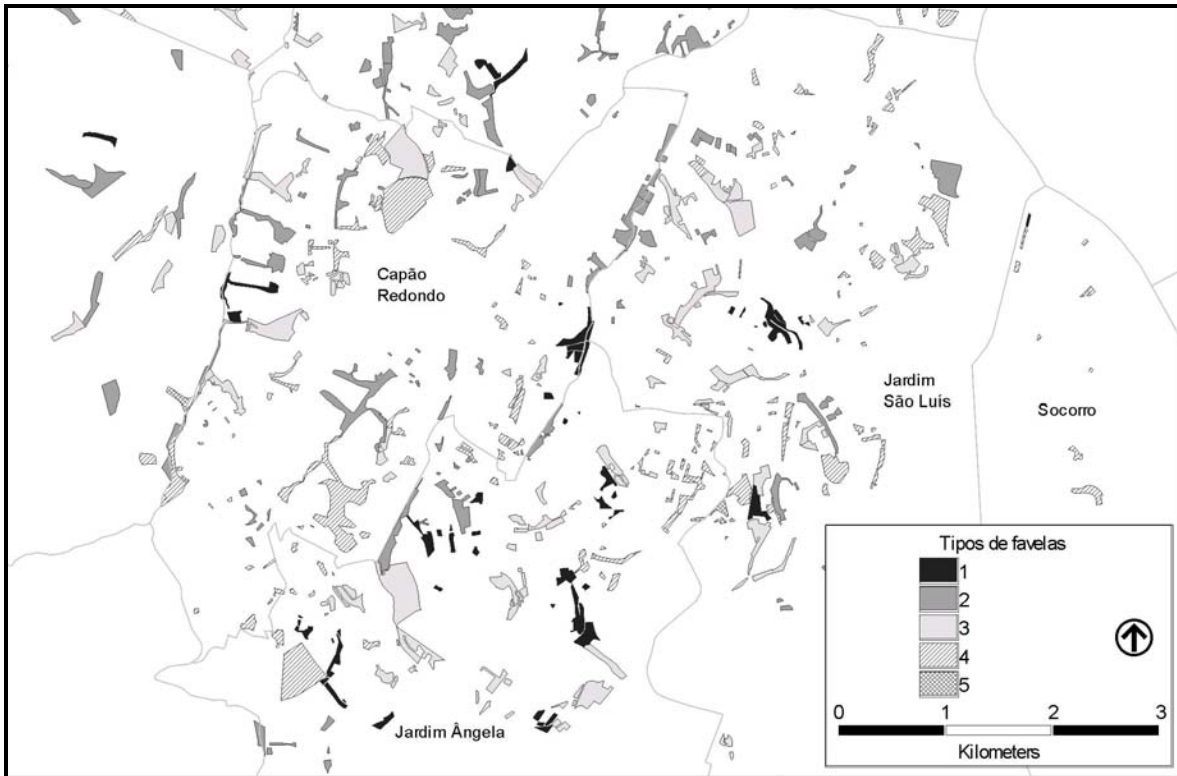
O mapa a seguir detalha o padrão de distribuição dos tipos de favela para os distritos Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, os quais estão localizados nas proximidades da Bacia do Guarapiranga e apresentam uma grande concentração de favelas.

Mapa 1. Tipos de favelas – Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, 2000.

---

<sup>16</sup> Vale dizer que como tivemos que gerar indicadores por núcleo favelado, em muitos casos desprezamos as informações de favelas ou setores subnormais muito pequenos, onde os erros tendiam a crescer muito. A fronteira do que foi desprezado não obedece a uma delimitação populacional específica, uma vez que guarda também relação com a forma dos perímetros de favela.

<sup>17</sup> Torres e Marques (2001) contaram com cartografias de cursos d'água, declividades e inundações para o Município de Mauá, o que permitiu tratar a superposição dos riscos ambientais com as situações de vulnerabilidade social. No momento, ainda não contamos com informações similares para o conjunto da região, mas essa tarefa está em nossa agenda de pesquisas.



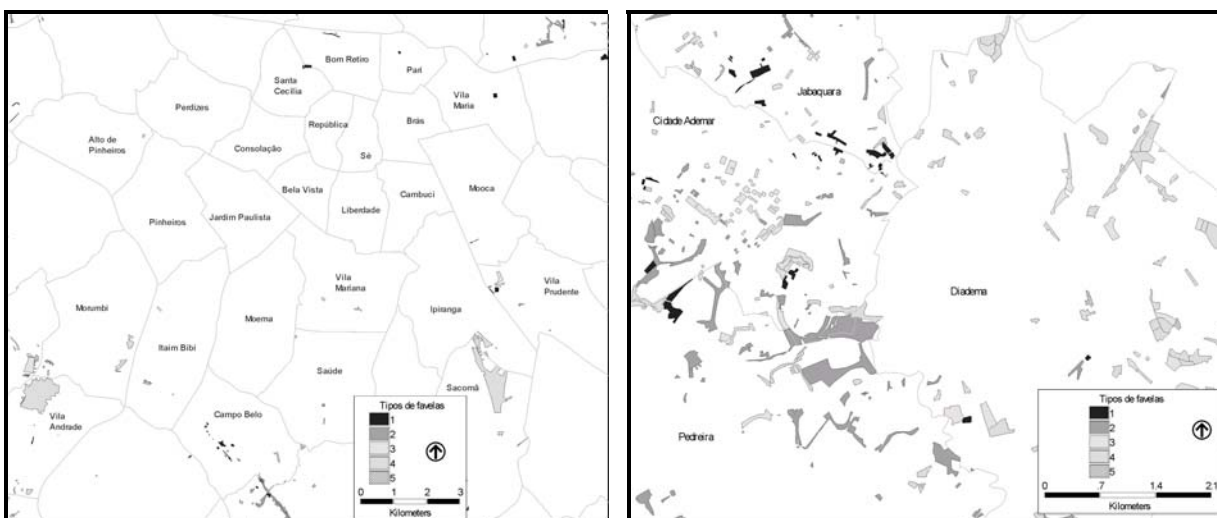
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Na última seção vimos que as favelas dos vários municípios não diferem substancialmente entre si. Esse resultado volta a ocorrer com a distribuição dos tipos de favela nos municípios da região, embora possamos notar um conjunto de favelas levemente mais precário na capital do que nos demais municípios, o que não deixa de ser surpreendente. As incidências dos grupos são, respectivamente: 14,9%; 25,8%; 30,8%; 21,7%; 6,7% na região metropolitana e 20,8%; 28,8%; 21,4%; 25,7%; 3,3% no município de São Paulo. Esse resultado fortalece o argumento da segunda seção com respeito à melhora dos indicadores sociais. Se as situações piores tendem a localizar mais fortemente no Município de São Paulo, e nesse município observamos melhora em termos médios (sustentável quando desagregamos a informação regionalmente), é de se acreditar que teríamos resultados ainda mais positivos se analisássemos os demais municípios em 1991 e 2000.

Se a presença dos tipos de favela 1 e 2 (os de piores condições), tende a ser mais alta no Município de São Paulo, encontramos elevada presença dos grupos de melhores condições em Municípios como São Bernardo, Diadema, Osasco e Santo André, como se

pode ver nos Mapas 2 e 3 a seguir. De uma forma geral, podemos dizer que a distribuição dos tipos aponta novamente para a heterogeneidade.

### Mapas 2 e 3. Tipos de favelas – Zona Central e Sudoeste de São Paulo e Zona Sul na fronteira com o Município de Diadema, 2000.



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

São inúmeras as dinâmicas a destacar. Em primeiro lugar a muito baixa incidência das favelas no chamado centro expandido da capital (Mapa 2).<sup>18</sup> Esse ponto é importante, pois sugere que quando observadas em uma escala mais ampla, as favelas aparecem muito mais intensamente como um fenômeno associado à periferia do que usualmente é destacado pela literatura. A existência de um padrão fortemente segregado, no que diz respeito à predominância de grupos ricos no centro expandido, corrobora o argumento de Villaça (2000) com respeito à estrutura espacial da cidade. Como o leitor verá no Capítulo 11, essa foi a região mais marcada pela produção imobiliária para alta renda nas últimas décadas, embora não exclusivamente. Vale lembrar que no Capítulo 4 Haroldo Torres

<sup>18</sup> A mais importante exceção fica por conta da favela Paraisópolis. Trata-se, entretanto, de um caso verdadeiramente discrepante. Embora seja uma das maiores favelas da cidade, se situa em área de propriedade particular, e tem ocupação em grande parte regular, visto se tratar da ocupação de uma área previamente loteada. Além disso, a inserção da favela em um bairro de classe alta – o Morumbi (no distrito de Vila Andrade) impacta significativamente os conteúdos sociais presentes na favela, como é discutido no Capítulo 8.

demonstrou um aumento não desprezível na segregação por renda na região metropolitana da última década.

O padrão periferia das favelas, entretanto, não corresponde a um gradiente de condições em direção às áreas externas da região, e encontramos precariedade também mais próxima ao centro da metrópole. Nesse particular, embora haja relação entre a presença de favelas e a renda de uma certa região, ela é muito pouco intensa. Para testar tal efeito de uma forma mais precisa, comparamos a renda média do chefe das áreas de ponderação do Censo Demográfico 2000 com a proporção da população que mora em favelas em cada área.<sup>19</sup> Há uma associação estatística significativa (e negativa) entre o grau de favelização de uma certa área e a renda média dessa área, sugerindo que quanto mais pobre a área, maior a proporção da sua população que mora em favelas. Entretanto, a intensidade da relação é muito baixa,<sup>20</sup> não permitindo que consideremos esse elemento como importante. Por outro lado, e esse é um resultado muito interessante, não há correlação significativa entre a renda média de uma certa área e a renda média das favelas daquela área, afastando a hipótese de que haja uma associação direta entre os conteúdos sociais das favelas e das áreas em que se inserem.<sup>21</sup> Isso confirma a inexistência de um gradiente de rendas organizado em favelas e áreas de ponderação, e permite sustentar que as favelas são mais importantes para a compreensão da micro-segregação (favela-entorno-distrito) do que da macro-segregação.

Ainda na tentativa de explicar tal heterogeneidade, experimentamos outros cruzamentos com as informações de que dispúnhamos. Em primeiro lugar, testamos se, no caso das favelas do Município de São Paulo,<sup>22</sup> a presença de certos indicadores sociais médios estaria associada à data da ocupação. Esse raciocínio parte da hipótese de que favelas mais antigas tenderiam a ter melhor infra-estrutura e renda média mais elevada, por estarem mais consolidadas. As informações existentes indicam que não há relação entre o momento da ocupação e os vários indicadores que experimentamos. Uma possível razão para isso diz respeito ao fato das favelas serem ocupações localizadas em locais muito particulares, normalmente remanescentes da urbanização. Assim, uma parte dessa heterogeneidade deve ser explicada por elementos ambientais ligados à micro-localização

---

<sup>19</sup> Realizamos um *overlay* entre as favelas e a cartografia das áreas de ponderação do Censo Demográfico 2000.

<sup>20</sup> O coeficiente de correlação de Pierson é apenas - 0,166.

<sup>21</sup> Como vimos anteriormente, há ao menos 3 tipos de padrões típicos na relação favela-entorno-distrito.

<sup>22</sup> Infelizmente não dispomos dessa informação para as favelas dos outros municípios.

como enchentes, margens de córrego e encostas, como já destacado por Taschner (2000) e Torres (1997). A ausência de variáveis ambientais nos impediu de testar tal hipótese. Entretanto, a associação entre data de ocupação e cobertura por serviços de esgotos confirma essa hipótese, em uma primeira abordagem. O que encontramos foi uma distribuição dos casos polarizada, com muitas favelas com baixíssima cobertura independentemente do momento da ocupação e muitas outras com altíssima cobertura também de maneira independente da idade da ocupação. Interpretamos essas evidências como um sinal de que a situação física é chave para decidir o futuro das condições urbanas no assentamento: há favelas com situação física (urbanística, geológica e relativas à hidrologia) passível de receber infra-estrutura e outras cuja situação as impede de recebê-la, independente do tempo de ocupação. Esse tipo de resultado não se repete com a relação entre data da ocupação e rendimento do chefe, embora também não haja uma relação direta entre essas duas dimensões.

O cruzamento das informações disponíveis sobre a propriedade do terreno onde se localiza a favela (pública, particular ou mista) tampouco demonstrou relação significativa com as outras dinâmicas estudadas, inclusive as coberturas por serviços de infra-estrutura.

## Concluindo

Ao longo do artigo analisamos inúmeras informações relativas às favelas em São Paulo. Nessa conclusão, sumarizamos os principais achados de pesquisa, articulando-os entre si. Acreditamos que a pesquisa aponta dois resultados principais, o primeiro associado à dinâmica social das favelas na cidade nos anos 1990 e o segundo com relação à heterogeneidade social e espacial das favelas paulistanas.

As favelas cresceram em período recente em São Paulo. Esse crescimento talvez não tenha sido tão elevado como se imaginou em um determinado momento dos anos 1990, mas mesmo assim foi muito expressivo, e as favelas são hoje uma alternativa mais utilizada pelos habitantes da cidade do que há 10 anos atrás.

Ao contrário do que se afirma usualmente, entretanto, nossos dados indicam que a situação nas favelas de São Paulo não piorou ao longo da década. Em termos relativos, as favelas não apenas melhoraram, como se aproximaram da situação dos outros moradores da cidade, sugerindo um processo de convergência, incompleto e talvez

excessivamente lento, mas mesmo assim existente entre os indicadores médios de favelados e não favelados. Essa melhora, entretanto, não significa uma diminuição da segregação sócio-espacial, já que esta pode existir e mesmo aumentar em situações de plena universalização dos serviços públicos e de crescimento da renda. De qualquer forma, as informações analisadas nesse artigo indicam que podemos afastar a hipótese da degradação social intensa nas favelas paulistanas em período recente. Essa informação com relação à melhora social resiste à comparação entre regiões no interior do Município de São Paulo e entre esse e os demais municípios da região metropolitana, pois como as diferenças são muito pequenas em termos médios.

Constatada a melhora relativa dos conteúdos sociais médios das favelas em São Paulo, partimos para explorar a sua possível heterogeneidade. Analisamos primeiramente o entorno das favelas, descobrindo que esses tendem a apresentar características diferentes segundo os locais da cidade em que as favelas se inserem. Se de uma forma geral há certa transição entre as favelas e o conjunto da cidade, quando desagregamos a informação, a diversidade se expressa. De uma maneira geral encontramos três situações. A primeira inclui os distritos em que as favelas, o entorno e o próprio distrito pouco diferem. Esses são predominantemente pobres e de periferia. A segunda situação engloba os casos em que há uma transição social da favela para o entorno e para o distrito, que quase sempre são predominantemente de classe média. A última situação inclui os distritos em que a favela tende a ser um enclave de péssimas condições quando comparado com o entorno e o distrito.

Por fim, exploramos diretamente a heterogeneidade social das favelas, submetendo os indicadores sociais de cada um dos núcleos da região metropolitana a uma análise de agrupamento. Os resultados sugerem a existência de uma razoável heterogeneidade do fenômeno, que aparentemente apresenta pelo menos 5 tipos com características sociais mais ou menos precárias. A quantidade de núcleos com características melhores não é nem um pouco desprezível, embora mesmo nesses casos encontremos situações sociais de pobreza. Por outro lado, a presença de uma proporção significativa de favelas com condições sociais e de vida muito precárias não apenas confirma os resultados de trabalhos anteriores que ressaltam a heterogeneidade do fenômeno, mas corroboram a hipótese de que o padrão recente pode ser descrito como de intensa melhora em termos médios, mas convivendo com a persistência de condições muito precárias em determinadas favelas. A localização de tais tipos de favelas não segue clivagens simples,

embora haja um evidente padrão periférico nas favelas de São Paulo quando analisamos o fenômeno em escala metropolitana. Esse padrão opera por oposição, e quase não se encontra o fenômeno no centro expandido da capital. Entretanto, não é possível afirmar que haja um gradiente em que a presença e a precariedade das favelas tendam a crescer na direção da periferia. Esse padrão é evidenciado visualmente em mapas, mas é comprovado mais precisamente em análise quantitativa. Assim como em outros fenômenos analisados nesse livro, também nas favelas a heterogeneidade social se superpõe à heterogeneidade espacial.

## Bibliografia

- ABREU, M. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro". *Espaço e Debates*, 37, 1994.
- BUENO, L. *O saneamento na urbanização de São Paulo*. São Paulo, FAU/USP (Dissertação de Mestrado), 1993.
- BUENO, L. *Urbanização de Favelas*. São Paulo, FAU/USP (Tese de Doutorado), 2000.
- CEM. *Estimativas de demanda por políticas de habitação social no Município de São Paulo*. Relatório de pesquisa desenvolvido para a Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: C Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap, 2003.
- D'ANDREA, T. *Redes Sociais em Paraisópolis*. São Paulo, FAPESP/Cebrap (Relatório de Iniciação Científica), 2003.
- FARIA, V. "A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas". *Novos Estudos Cebrap*, 33, 1992.
- HABI - SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR. *Censo de Favelas*. São Paulo, Meio Digital, 1987.
- HADDAD, S. e DI PIERRO, M. "Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos". *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1), 2000.
- KOWARICK, L. "Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". *Novos Estudos Cebrap*, 63, 2002.
- KOWARICK, L. "Vulnerabilidade Sócio-econômica: Estados Unidos, França e Brasil". In: XXV Encontro da Anpocs, Mimeo, 2001.
- MARICATO, E. "Metrópole, legislação e desigualdade". *Estudos Avançados*, 48, 2003.
- MARICATO, E. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MARQUES, E. e BICHIR, R. "Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo". *Espaço e Debates*, 42, 2002.
- MARQUES, E. *Estado e redes sociais: Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Revan/Fapesp, 2000.
- MARQUES, E. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2003.
- MARQUES, E.; TORRES, H. & SARAIVA, C. "Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000". In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, Vol. 5, No 1, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. "FAVELAS NA CIDADE DE SÃO PAULO". *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, 31 de março de 1995.

- PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. "Favelas no plural". In: XXIII Encontro da Anpocs, Caxambu, 1999.
- SAMPAIO, M. e PEREIRA, P. "Habitação em São Paulo". *Estudos Avançados*, 48, 2003.
- SANTOS, C. *Voltar a pensar em favelas por causa das periferias*. Rio de Janeiro, Mimeo, 1975.
- TASCHNER, S. "Degradação ambiental em favelas". In: TORRES, H. & Costa, H. *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo, Editora do Senac, 2000.
- TASCHNER, S. "Espaço e população nas favelas de São Paulo". In: XIII Encontro da Abep, Ouro Preto, 2002.
- TAVARES, R. e MONTEIRO, M. "População e condições de vida". In: GUIMARÃES, R. & TAVARES, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- TORRES, H. e MARQUES, E. "Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 4, 2001.
- TORRES, H. e MARQUES, E. "Tamanho Populacional das Favelas Paulistas. Ou o debate sobre a cidade e a falência dos grandes números". In: XIII Encontro da Abep, Ouro Preto, 2002.
- TORRES, H. *Desigualdade Ambiental na cidade de São Paulo*. Campinas, IFCH/Unicamp (Tese de Doutorado), 1997.
- VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. "Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: RIBEIRO, L. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Observatório/Ed. Revan/Fase, 2000.
- VERAS, M. e TASCHNER, S. "Evolução e mudanças das favelas paulistas". *Espaço e Debates*, 31, 1990.
- WATSON, G. *Water and sanitation in São Paulo, Brazil: Successful strategies for service provision in low- income communities*. Cambridge, MIT (Dissertação de Mestrado), 1992.



Anexos:

Tabela 6. Divisão regional da Superint. de Habitação Popular (HABI) da PMSP:

HABI	CENTRO	LESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
Nºde favelas	29	294	395	193	1.107
%domicílios com água	98,3	96,1	93,9	97,7	96,1
%domicílios com esgoto	12,7	35,7	50,2	58,3	54,1
%domicílios com coleta de lixo	38,0	91,3	82,0	84,5	79,0
%pessoas analfabetas	17,2	15,7	15,2	14,8	15,0
%chefe de 0 a 3 anos de estudo	39,8	38,3	37,5	38,4	38,7
%chefe de 0 a 3 SM	77,0	74,0	74,0	71,2	72,8
%chefe de 3 a 5 SM	13,7	17,1	18,1	17,8	18,7
%chefe de 5 a 10 SM	5,4	6,8	7,8	9,0	7,7
%chefe de 10 a 20 SM	0,5	0,8	1,4	1,1	0,8
%pessoas de 0 a 14 anos	38,5	35,6	36,1	34,4	35,3
%pessoas de 65 anos ou mais	1,2	1,8	1,8	1,9	1,5

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Tabela 7. Divisão regional da União dos Movimentos de Moradia (UMM):

UMM	CENTRO	LESTE 1	LESTE 2	NOROESTE	NORTE	OESTE	SUDESTE	SUL
Nºde favelas	4	150	208	285	109	76	129	1.057
%domicílios com água	96,9	95,6	97,2	97,3	82,4	99,4	97,0	95,9
%domicílios com esgoto	16,0	43,2	36,6	51,0	47,5	46,0	59,8	53,8
%domicílios com lixo	40,8	79,0	91,9	87,9	61,6	68,1	87,2	79,2
%pessoas analfabetas	20,9	15,8	15,7	14,5	17,2	15,7	14,3	14,9
%chefes de 0 a 3 anos de estudo	43,1	40,5	37,9	36,6	40,3	43,4	36,3	38,4
%chefes de 0 a 3 SM	83,0	75,7	73,7	73,0	77,5	75,6	68,5	72,6
%chefes de 3 a 5 SM	7,0	15,4	17,2	18,4	16,8	17,7	19,5	18,8
%chefes de 5 a 10 SM	2,9	7,0	6,8	8,2	6,7	6,9	9,9	7,7
%chefes de 10 a 20 SM	0,0	0,7	0,8	1,6	0,8	0,6	1,3	0,9
%pessoas de 0 a 14 anos	44,1	36,3	35,3	35,6	37,4	36,2	33,8	35,3
%pessoas de 65 anos ou mais	1,2	2,0	1,8	1,9	1,5	1,5	1,9	1,5

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Tabela 8. Indicadores médios dos tipos de favelas

Tipo	1	2	3	4	5
No de casos	564	829	728	727	131
%domicílios com água	86,9	94,2	97,8	97,1	97,7
%domicílios com esgoto	28,2	14	92,6	72,9	72,6
%domicílios com coleta de lixo	75,4	80,1	89,7	89,6	94,7
% pessoas analfabetas	17,1	14,9	13,8	12,6	10,6
%chefes de 0 a 3 anos de estudo	41,7	38,3	38	32,8	28,1
%chefes de 0 a 3 SM	97,2	86,3	87,9	77,9	66,9
%chefes de 3 a 5 SM	11,8	19,7	19,6	24,2	25,9
%chefes de 5 a 10 SM	3,5	7,6	7,4	13,2	21,4
%chefes de 10 a 20 SM	0,2	0,54	0,6	1,2	3,9
Renda média do chefe	228,9	330,6	316,5	423,1	601,6
%pessoas de 0 a 14 anos	38,5	36,1	34,9	33,1	30,5
% pessoas de 65 anos ou mais	1,4	1,6	1,7	2,0	2,5

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.